

ECONOMIA FEMINISTA E AMBIENTALISMO

PARA UMA RECUPERAÇÃO JUSTA

OLHARES DO SUL

OUTUBRO | 2020



JUSTIÇA DE
GÊNERO E
DESMANTELAMENTO
DO PATRIARCADO

JUSTIÇA
ECONÔMICA E
RESISTÊNCIA AO
NEOLIBERALISMO



ECONOMIA FEMINISTA E AMBIENTALISMO PARA UMA RECUPERAÇÃO JUSTA

OLHARES DO SUL

amigos da terra internacional | marcha mundial das mulheres | rede latinoamericana mulheres transformando a economia
OUTUBRO | 2020

AMIGOS DA TERRA INTERNACIONAL É a maior organização ambientalista de base do mundo. Conta com 73 grupos membros e mais de dois milhões de membros e militantes em todo o planeta.

Nossa visão é de um mundo pacífico e sustentável baseado em sociedades que vivem em harmonia com a natureza. Queremos uma sociedade de pessoas interdependentes que vivam com dignidade e em plenitude, onde se respeite a equidade e os direitos humanos e os direitos dos povos. Será uma sociedade fundada na soberania e na participação dos povos. Estará baseada na justiça social, ambiental, econômica e de gênero, livre de todas as formas de dominação e exploração tais como o neoliberalismo, a globalização, o neo-colonialismo e o militarismo. Acreditamos que o futuro será melhor graças ao que fazemos.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES É um movimento feminista anticapitalista e antirracista presente em 58 países e territórios. Mudar o mundo e mudar a vida das mulheres em um único movimento; igualdade para todos; fortalecimento dos espaços coletivos das mulheres, populares, autônomos e diversos; ações criativas para enfrentar o capitalismo heteropatriarcal e racista; alianças com movimentos sociais que lutam para transformar o mundo; ligação do ativismo permanente em nível local com processos e lutas globais; solidariedade e internacionalismo. Essas são as principais características da Marcha Mundial das Mulheres.

REDE LATINO-AMERICANA MULHERES TRANSFORMANDO A ECONOMIA Iniciou seus trabalhos em 1997. Desde então, tem sido uma promotora fundamental da economia feminista na América Latina. Sua ação na geração de debates e iniciativas políticas contribui para construir, pelo feminismo, um sujeito coletivo nas lutas pela transformação das relações econômicas. É guiada por um questionamento global do sistema capitalista racista e patriarcal, assim como pela construção de uma economia para a vida.

Foto da Capa: Mobilização das Mulheres na Cúpula dos Povos na Rio+20. Rio de Janeiro. 2012. Jéssika Martins da Marcha Mundial das Mulheres do Brasil.

Autoras principais: Karin Nansen (presidenta do Amigos da Terra Internacional). Nalu Faria (integrante do Comitê Internacional da Marcha Mundial das Mulheres). **Edição:** Pablo Cardozo. **Coordenação:** Letícia Paranhos M. de Oliveira (Programa de Justiça Econômica e Resistência ao Neoliberalismo da Amigos da Terra Internacional). Miriam Nobre (Marcha Mundial das Mulheres e SOF, Brasil). Renata Moreno (Marcha Mundial das Mulheres e SOF, Brasil). **Agradecimentos:** A todas as pessoas participantes do seminário virtual do dia 30 de junho. **Diagramação:** Thiago Gallas. **Imagens:** Douglas Freitas, Elaine Campos, Isadora Mendes, Jéssika Martins, Marta Baião, Babawale O. Obayanju e Victor Barros. **Tradução:** Luiza Mançano Gomes. **Revisão:** Helena Zelic (Marcha Mundial das Mulheres e SOF, Brasil), Madaleine Race (Amigos da Terra Internacional).

www.foei.org/es

www.marchemondiale.org

amigos da terra internacional
Secretaria
P.O.Box 19199, 1000 GD
Amsterdã, Países Baixos

tel: +31 (0)20 6221369
info@foei.org

Nos siga em:
twitter.com/FoEint_es
www.facebook.com/foeint.es

marcha mundial das mulheres
info@marchemondiale.org
twitter.com/WorldMarchWomen
instagram.com/worldmarchofwomen

REMTE – Rede Mulheres Transformando a Economia
Almirante Guispe 1149
Jesús María, Lima – Perú
grupogeneroyeconomia@gmail.com



APRESENTAÇÃO



Foto: Marcha das Margaridas no Brasil. São Paulo. 2019. Isadora Mendes (Marcha Mundial das Mulheres).

O Fórum Social Mundial de Economias Transformadoras aconteceu em junho de 2020, reunindo, de forma virtual, centenas de organizações e movimentos atuantes no campo da economia feminista, ecológica, social e solidária, da agroecologia, das finanças éticas e da defesa dos comuns. A Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia (REMTE) e a Amigos da Terra Internacional (ATI) participaram do processo organizativo que propiciou momentos de debate entre os diferentes movimentos e uma confluência feminista. A necessidade de expandir práticas transformadoras da economia que se realizam em diferentes partes do mundo torna-se ainda mais urgente quando a pandemia da covid-19 manifesta, de forma dolorosa e aguda, a crise permanente que caracteriza a economia capitalista.

Para organizar nossas reflexões, REMTE e ATI convidaram a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) do Brasil para a realização do webinar “Economia feminista e ambientalismo para uma recuperação justa: olhares do sul”, que deu origem a esta publicação. As narrativas das convidadas Nalu Faria (integrante do Comitê Internacional da MMM e da REMTE) e Karin Nansen (presidenta da ATI) são seguidas por um capítulo que reúne as diversas vozes que integraram o debate virtual, aqui mescladas com os comentários ou respostas das convidadas.

A atividade gravada ainda pode ser vista no YouTube da Marcha Mundial das Mulheres do Brasil (<http://bit.ly/recuperacaofeminista>) ou no site da Radio Mundo Real (<http://bit.ly/miradasdelsurfeminista>). Como os idiomas predominantes da atividade foram o espanhol e o português, tivemos a ideia de realizar uma versão escrita da atividade, agora com tradução completa para o espanhol, português e inglês.

A atividade contou com mais de cem pessoas acompanhando ao vivo e teve mais de 500 visualizações desde então.

Manifestaram-se participantes do Chile, Argentina, Brasil, Moçambique, Austrália, Holanda, Alemanha, Japão, Escócia, Togo, Equador, Estado Espanhol, África do Sul, Peru, Uruguai, Colômbia e Irã. Além de diversos grupos membros de ATI, da MMM e da REMTE, outros quinze movimentos e organizações sociais se identificaram por meio do YouTube e do chat do Zoom.

A chamada para o encontro virtual já evidenciava o entendimento comum das organizações de que a crise da covid-19 é uma consequência do sistema capitalista, racista e patriarcal. A pergunta geradora feita para as convidadas (“quais os aportes do ambientalismo e da economia feminista para uma economia baseada na justiça?”) facilitou um primeiro bloco com duas intervenções de quinze minutos, seguido por pequenas intervenções de cerca de dez pessoas, majoritariamente mulheres, sobre o tema.

O resultado foi um diálogo de duas horas sobre as contribuições do ambientalismo e do feminismo para a construção de uma economia que coloque a vida no centro e de uma recuperação justa, baseada na solidariedade, que confronte as causas sistêmicas da pandemia.

As intervenções das e dos participantes apontaram para a necessidade uma mudança de sistema, relacionada com a construção da soberania alimentar, da convergência dos movimentos sociais em unidade internacionalista, do fortalecimento e da articulação das experiências locais de resistência e de organização, da reafirmação do público e da desmercantilização de todas as esferas da vida.

Amigos da Terra Internacional, Marcha Mundial das Mulheres e Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia.

ECONOMIA FEMINISTA:

A sustentabilidade da vida como eixo central dos movimentos sociais perante a crise da covid-19¹

Nalu Faria²

01



Foto: Nalu Faria no Encontro da Jornada Continental pela Democracia e Contra o Neoliberalismo em Montevideo, 2017. Isadora Mendes (Marcha Mundial das Mulheres)

O debate sobre a chamada crise da covid-19 e as saídas para essa crise colocam as economias transformadoras com muita relevância como caminho para pensarmos uma recuperação justa.

Os movimentos têm reiterado que a atual crise é provocada pelo modelo capitalista, desde a própria origem do vírus e também pela forma como ele chegou em nossos países, que já enfrentavam uma situação de crise como resultado de políticas de austeridade, de cortes nas políticas públicas. A pandemia chega em uma situação de enorme precarização da vida. Ao mesmo tempo, a forma como os governos dos nossos países responderam à pandemia evidencia e torna ainda mais drástica a situação que nós estamos vivendo.

Em nossa experiência na América Latina, as políticas da grande maioria dos governos não apresentaram respostas adequadas. Mais uma vez, privilegiaram o mercado em detrimento de políticas de emergência e do fortalecimento dos sistemas públicos de saúde.

No Brasil, como é de conhecimento de todos, o governo é deliberadamente genocida, se contrapõe ao isolamento social e sequer aceita cumprir as normativas e recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) para conter a propagação do vírus. A possibilidade do isolamento social nessa situação está sendo apenas para poucas e poucos, uma vez que a grande maioria das pessoas precisou continuar trabalhando, arriscando suas vidas em busca da sobrevivência cotidiana.

No Brasil, há muita expectativa em torno da paralisação de amanhã dos entregadores que trabalham de bicicletas ou motocicletas levando encomendas e pedidos dos aplicativos de empresas-plataforma (*Ifood, Rappi*, entre outras). Essa mobilização é um indicativo de quais as resistências e por onde elas vão se iniciando e sendo reforçadas.

Os impactos da covid-19 não são iguais para o conjunto da população. Nos nossos países, é evidente que os trabalhadores e, em particular, as mulheres e a população negra, têm sido os

mais afetados pela pandemia. Aqui vivemos um fenômeno que acontece mundialmente com as mulheres durante o isolamento: o aumento da violência doméstica e sexual e da sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidados. Além disso, as mulheres são a grande maioria nos setores precários e entre os desempregados. E são maioria também no setor de saúde, onde estão confrontando a pandemia e vivendo tudo o que isso significa.

Nesse sentido, precisamos destacar que a pandemia e a crise escancaram as desigualdades nos nossos países e evidenciam ainda mais os interesses dos setores que detêm o poder em nossas sociedades. A opção política hegemônica é privilegiar o mercado em detrimento da vida humana, enquanto a crise demonstra o que é realmente necessário e importante para sustentar a vida humana.

Isso tem tudo a ver com os debates que nós estamos fazendo há muitos anos, a partir dos nossos movimentos. Falo aqui especificamente a partir da nossa experiência com a economia feminista, de suas contribuições para uma recuperação justa.

A partir da economia feminista nós pensamos que a economia não é só um campo de análise e estudo, mas é também uma ferramenta de luta. O sentido de uma economia crítica é entender o mundo para transformá-lo. Ao mesmo tempo, é extremamente necessário o diálogo entre a economia feminista e as outras economias contra-hegemônicas, como a ecologia, o movimento camponês, a soberania alimentar, a economia solidária e outras formas de economia transformadoras que buscam efetivamente uma ruptura com o atual modelo.

Uma segunda questão que se apresenta a partir de nossa experiência na Marcha Mundial das Mulheres é a busca por construir processos em aliança com outros movimentos sociais. Pensamos que, para transformar este modelo, precisamos construir convergência e síntese programática entre as várias questões que estamos trabalhando a partir da ecologia, da soberania alimentar,



Foto: 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres em São Paulo. Elaine Campos (Marcha Mundial das Mulheres). 2020.

da organização dos trabalhadores e trabalhadoras, do movimento antirracista e LGBTQ.

Nossa compreensão é de que a recuperação justa passa por uma ruptura total com este modelo heteropatriarcal, capitalista, racista, colonialista e destruidor da natureza. Portanto, a nossa resposta também tem que ser integral e apontar uma ruptura da lógica do capital e a construção de outro modelo.

Na economia feminista, apontamos a importância de colocar a sustentabilidade da vida no centro, a partir do bem-estar. Isso está relacionado à confrontação do conflito capital-vida e implica uma profunda reorganização dos modelos de produção, reprodução e consumo.

O que nós queremos dizer com isso? Que, para responder às nossas necessidades, temos que pensar o que vamos produzir, como e para quem, mas pensando também na reprodução, que é tão importante, a partir do trabalho doméstico e de cuidados.

Nós não queremos apenas o reconhecimento da importância do trabalho de reprodução, mas também o reconhecimento de que, hoje, ele é feito de uma forma injusta e desigual, porque somos nós, as mulheres, quem arcamos com a maior parte desse trabalho. Precisamos pensar urgentemente em uma forma de reorganização e de redistribuição do trabalho doméstico e de cuidados.

Além disso, há duas dimensões relacionadas com o reconhecimento de que somos codependentes, isto é, de que somos natureza. A primeira tem a ver com o fato de que não é possível pensar a sustentabilidade da vida humana sem pensar em uma vida em harmonia com a natureza, ou seja, que respeite seus processos. A segunda dimensão tem a ver com o reconhecimento de que somos vulneráveis como pessoas humanas, que somos seres relacionais, e isso implica reconhecer que somos interdependentes. Todos e todas necessitamos de cuidados e, portanto, temos que pensar essa dimensão dos cuidados a partir da reciprocidade.

Essas duas dimensões também nos colocam algumas questões sobre a organização do tempo e do trabalho. Hoje, o atual modelo impõe uma pressão sobre os nossos tempos, desrespeitando os tempos necessários para a sustentação da vida e para regeneração, tanto da natureza quanto da vida humana. Temos que repensar essa dimensão do tempo como uma questão transversal a tudo que nós estamos construindo e propondo.

É muito importante resgatar um elemento da experiência dos movimentos sociais na América Latina, seja dos movimentos da cidade ou dos movimentos do campo e da floresta, porque são experiências que apontam uma construção cotidiana de respostas para sustentar e manter a vida. Em muitos desses movimentos, as

mulheres são a maioria em termos de participação e organização dos processos. Nas cidades, por exemplo, elas estão nos movimentos de luta por moradia, creches, escola, saneamento básico e água potável.

Durante muitos anos, esses movimentos foram vistos como movimentos de luta pela sobrevivência em torno de reivindicações pontuais. Mas, ao longo dos anos e a partir da perspectiva feminista (inclusive da economia feminista), ampliamos o reconhecimento de que foram esses movimentos que garantiram a construção permanente de um enfrentamento ao mercado e que articularam elementos de resistência enquanto apontavam a construção das nossas alternativas. Isso está relacionado com as reivindicações dos serviços públicos e do Estado, a partir de uma dimensão pública que se aproxima dos comuns, mas também de experiências construídas cotidianamente, com ações autogestionadas e respostas baseadas na reciprocidade.

É muito interessante pensar em como, neste momento da pandemia, muitas ações de solidariedade se multiplicam e são potencializadas, não só porque estamos vivendo uma situação de emergência, mas porque essa dimensão da solidariedade faz parte da construção e da experiência de inúmeros movimentos populares. Neste momento da pandemia, nós temos visto crescer em nossos países uma solidariedade de classe, que pensa a solidariedade como um elemento da auto-organização. Isso nos aponta um caminho: nós queremos recuperar a economia com justiça social, a partir da nossa organização como sujeitos coletivos e de uma construção com participação democrática e autogestão, o que permitirá, inclusive, interpelar o Estado para que ele possa cumprir, cada vez mais, seu sentido público.

Esse é um momento extremamente importante para que possamos dialogar e que aponta justamente para a necessidade de aprofundar os vínculos entre os nossos movimentos, inclusive os nossos vínculos internacionais. As respostas que temos que construir precisam olhar para o conjunto das realidades do mundo. A sustentabilidade da vida só vai se dar se nós conseguirmos realmente afrontar esse modelo de uma maneira que responda à necessidade de todos os povos.

1. Intervenção no webinar *Economia feminista e ambientalismo para uma recuperação justa: olhares do Sul*, realizado em 30 de julho de 2020.

2. Integrante da Rede de Mulheres Transformando a Economia (REMTE) e da Marcha Mundial das Mulheres nas Américas.

3. N.E.: No dia 1 de julho de 2020 aconteceu, pela primeira vez, o "breque dos apps". A paralisação nacional envolveu e mobilizou milhares de entregadores e entregadoras de aplicativos. Ver mais em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/08/entregadores-de-aplicativos-remarcam-no-va-greve-para-dia-25-de-julho>

ALÉM DO COVID-19:

crise de acumulação capitalista e respostas/saídas desde o Sul

Karin Nansen⁴

02



Foto: Karin Nansen na 4ª sessão da ONU pelo Tratado Vinculativo em matéria de Direitos Humanos e Empresas Transnacionais, 2018. Victor Barro (Amigos da Terra Internacional).

Bom dia, companheiros e companheiras de todos os continentes que se juntam a este intercâmbio, a este debate. Nós, da Amigos da Terra Internacional, valorizamos muitíssimo essa oportunidade e a possibilidade de partilhá-la com as companheiras da Marcha Mundial das Mulheres, da REMTE e todas as organizações sociais que se juntaram a esta discussão.

Pensamos que é fundamental nos nutrirmos mutuamente para compreender, com profundidade, a origem desta crise, que vai além da terrível crise sanitária, também para podermos convergir nossas agendas políticas e encontrar as respostas necessárias para superá-la. Nesse sentido, é fundamental partir do entendimento de que a crise que estamos vivendo hoje, a chamada “crise pandêmica” ou “crise da covid-19”, na verdade, vai muito além de uma dimensão sanitária, e tem a ver com as crises sistêmicas causadas pelo sistema de acumulação capitalista.

A crise sanitária está diretamente relacionada a outras crises sistêmicas, como a crise climática, a crise alimentar, a crise econômica e a crise dos cuidados, além da crise da biodiversidade e da água. Do nosso ponto de vista, todas essas crises têm a mesma origem e se devem a um sistema projetado para a acumulação de capital. Trata-se de um sistema que é incapaz de cuidar dos sistemas ecológicos, de suas funções naturais e dos processos que tornam a vida possível, e que, ao invés disso, os destrói e destrói também nossos vínculos enquanto sociedades e nossos vínculos sociedade-natureza. Trata-se de um sistema que prioriza o lucro em detrimento dos direitos e da saúde de nossos povos e territórios e dos ciclos e equilíbrios ecológicos, e isto está muito claro hoje, tanto na origem da crise como em seus efeitos, que são nefastos para a maioria da população, para a maioria dos povos do mundo.

A crise atual nos mostra, de uma maneira muito escancarada, o que significa a globalização neoliberal imposta ao nosso planeta. Esta tem a ver com o poder das transnacionais e dos grupos econômicos que a fortalecem não só na esfera econômica, mas também, cada vez mais, no controle dos governos e dos sistemas de governança.

Esse poder tem permitido que imponham sistemas de produção profundamente destrutivos, como expresso, por exemplo, pela continuidade e expansão do sistema extrativista e do agnegócio.

O sistema extrativo e agroindustrial tem uma origem colonial, e, através da globalização neoliberal e do poder das transnacionais, está avançando em cada território do mundo, removendo comunidades locais e sistemas de produção.

Além disso, a crise atual também se expressa na destruição dos direitos da classe trabalhadora, no dismantelamento dos serviços públicos, no dismantelamento e enfraquecimento da previdência social e na deterioração dos sistemas de saúde, que foram convertidos em sistemas lucrativos, transformando a saúde em uma mercadoria e, portanto, são incapazes de cuidar da vida.

Isso se expressa também na exploração do trabalho e dos corpos das mulheres e em uma crise dos cuidados, o que demonstra que este sistema é incapaz de garantir os cuidados necessários para a vida (na medida em que os mercantiliza e privatiza) e, sobretudo, que ele depende da exploração do trabalho das mulheres e da divisão sexual do trabalho para garantir os cuidados.

Portanto, esta é uma crise múltipla, uma crise que tem a ver, como disse, com a acumulação de capital estar no centro da organização social. A ruptura entre as nossas sociedades e a natureza não é de responsabilidade de toda a população, pois foi projetada e é perpetuada por esses sistemas de poder em nível global. Aqui reside a origem da pandemia.

Cabe destacar que nem todas e todos estamos vivendo da mesma maneira os impactos dessa crise sanitária, porque nossas sociedades estão estruturadas em torno de sistemas de exploração e opressão: é o sistema patriarcal, heteronormativo, racista, colonialista e imperialista que é imposto às nossas sociedades e que organiza nossas vidas. Isso é fundamental para entender que tipo de respostas precisamos.



Foto: Conferência das Partes COP 24 do Clima em Katowice. As bandeiras dizem: "desmantelar o patriarcado e não o planeta", "justiça climática para todas!", "sim para o poder para as comunidades!". Babawale. 2018. Amigos da Terra Internacional.

Precisamos de respostas que coloquem no centro as classes populares, a classe trabalhadora, as mulheres, os povos indígenas, as comunidades quilombolas, as comunidades camponesas e todas aquelas comunidades que sofrem diretamente os impactos desse sistema e desse modelo de acumulação.

Nós, da Amigos da Terra, enfatizamos que a recuperação não pode ser um retorno ao que foi considerado normal, porque ele representa, precisamente, a origem da crise – que não é normal, mas algo que nos foi imposto socialmente por poderes muito fortes. Portanto, precisamos reverter isso e avançar em direção à justiça em todas as suas dimensões – ambiental, social, econômica e de gênero – e também em direção à construção e fortalecimento da soberania de nossos povos e do poder popular, o poder de nossos povos de tomar decisões.

Nesse marco, estamos formulando alguns dos princípios que, pela nossa perspectiva, devem orientar um processo de recuperação justa. São princípios que temos discutido com companheiras e companheiros dos diferentes movimentos sociais e povos indígenas com os quais trabalhamos. São princípios em construção, que fazem parte desse diálogo que deve ser permanente e que se inicia com a ação política e o compromisso comum na luta para defender a soberania de nossos povos e a sustentabilidade da vida. Esse diálogo precisa servir não só para analisarmos a situação em conjunto, mas também para construirmos convergência e agendas comuns.

Por um lado, entendemos que é evidente, urgente e necessário abandonar para sempre a doutrina neoliberal, a agenda da liberalização do comércio e dos investimentos, as medidas de austeridade, a privatização e a mercantilização da natureza, e adotar medidas imediatas que estejam baseadas na justiça. Isso significa, por exemplo, repensar o papel do Estado, recuperar a esfera política, as políticas públicas e a capacidade de nossos povos de participar ativamente na tomada de decisões e no exercício do controle sobre os sistemas econômicos, energéticos e alimentares.

O papel do Estado é central, mas precisa ser um que atue em função dos direitos de nossos povos e dos comuns, que se organize em função da sustentabilidade da vida, do público, da defesa do bem comum. O acima exposto exige, por exemplo, políticas públicas e gastos públicos voltados precisamente para priorizar as classes populares, a classe trabalhadora, os povos indígenas, o povo negro e as mulheres, e garantir a autonomia das mulheres como fundamental para a saída desta crise.

Nesse sentido, os governos não podem de forma alguma assumir os custos da crise em termos, por exemplo, de resgate de empresas transnacionais. Entendemos que o gasto público deva ser direcionado para promover a economia produtiva, acabar com a economia baseada na especulação, promover economias e mercados locais e sistemas de produção autogestionados. A escolha deve ser feita orientando os gastos públicos para a redistribuição da riqueza.

É essencial revitalizar e colocar novamente nas mãos públicas o controle dos serviços públicos. Os serviços públicos provaram mais uma vez que são fundamentais para prevenir este tipo de crise; provaram também que são fundamentais para responder às crises, e isso tem a ver com a garantia dos direitos fundamentais. Os serviços públicos não podem ser mercadorias: precisam estar nas mãos do Estado, dos municípios, das cooperativas, têm que ser públicos e sem fins lucrativos.

Também é preciso avançar em direção ao internacionalismo. Em outras palavras, devemos enfatizar a necessidade da solidariedade e cooperação entre os povos para nos fortalecermos uns aos outros e mudarmos a correlação de forças a nosso favor. A perspectiva e agenda internacionalista deve levar a um novo multilateralismo, de acordo com os direitos coletivos dos nossos povos, e que não seja estruturado e organizado a partir dos interesses das grandes corporações, grupos econômicos e empresas transnacionais, que são diretamente responsáveis por crises sistêmicas. Nos dias de

Foto: 4ª sessão nas Nações Unidas para um Tratado Vinculante em Matéria de Direitos Humanos e Empresas Transnacionais, 2018. Victor Barro (Amigos da Terra Internacional).



hoje, é possível comprovar mais uma vez que o multilateralismo deve estar baseado nesse internacionalismo que leva ao fortalecimento da solidariedade e à defesa do planeta.

Hoje vemos que, de um lado, existem países que apostaram no internacionalismo, com médicos e serviços de saúde, como fez Cuba, por exemplo; e, de outro, países que impõem um bloqueio criminoso e a brutal ocupação dos territórios, como acontece com a Palestina, mesmo no contexto da pandemia. Esse novo multilateralismo não pode permitir que isso continue acontecendo. Ele também deve possibilitar um sistema tributário justo e garantir que as empresas não fujam para evitar o pagamento de impostos. Hoje, as empresas querem se beneficiar da crise, lucrar com ela, e isso deve ser evitado dentro desse novo multilateralismo.

O internacionalismo que queremos construir deve pôr fim às violações dos direitos dos povos e à impunidade das empresas transnacionais responsáveis por perpetuá-las. Devemos garantir que o acesso a medicamentos, tratamentos e vacinas seja verdadeiramente universal e chegue a todos, e isso significa acabar de uma vez por todas com o sistema da propriedade intelectual que transforma a saúde em mercadoria.

Temos muitas medidas para propor e pensar em conjunto, a partir dos diferentes movimentos sociais. Para a construção do internacionalismo, a luta dos sujeitos populares é fundamental e, por isso, precisamos de uma convergência de agendas dessa solidariedade internacionalista, que devemos cultivar e construir através da luta.

Vivemos essa crise profunda em um contexto em que a democracia está sob ataque. Por esse motivo, também consideramos vital defender os direitos de nossos povos e defender e radicalizar a democracia. Isso significa reverter e condenar fortemente os processos de golpes de Estado e o avanço da direita em eleições manipuladas e processos eleitorais nos quais a grande mídia corporativa exerce enorme poder.

Devemos interromper o processo de criminalização dos movimentos sociais, que está ocorrendo em todos os continentes e que visa silenciar suas vozes para manter e perpetuar os sistemas de opressão. Aqueles que defendem os territórios e os direitos dos povos, o direito à moradia, à terra, à água e à saúde, os direitos da classe trabalhadora e das mulheres, são hoje profundamente criminalizados e perseguidos. Tenta-se, inclusive, deslegitimar a ação dos movimentos sociais com a convivência do poder político, dos grandes meios de comunicação e de outros poderes econômicos que exercem um grande papel nessa criminalização.

Também vemos como o avanço da direita e do conservadorismo ataca abertamente os direitos das mulheres. Tentam controlar a vida e o corpo das mulheres e reproduzir sistemas de opressão e injustiça. Negam direitos fundamentais como o direito à saúde sexual e reprodutiva e, usando a pandemia como desculpa, transformam serviços fundamentais como o aborto em um serviço que pode ser dispensado.

O confinamento também levou ao aumento da violência contra as mulheres, que são forçadas a ficar presas com seus agressores. É urgente e vital dar fim de uma vez por todas à violência patriarcal. Do mesmo modo, é essencial dar fim à violência brutal, sistemática e sistêmica contra todos os povos que se levantam, lutam e resistem aos ataques à democracia.

Entendemos que a “saída da crise” deve ser uma saída para as crises sistêmicas, isto é, deve dar uma resposta a todas as crises. Portanto, quando falamos de saídas para a crise da pandemia, temos que falar de uma resposta à crise climática, à crise alimentar, à crise da água, à crise do cuidado, à crise da biodiversidade, que são muito graves e que desempenharam um papel fundamental na origem da pandemia.

Isso significa reivindicar controle sobre nosso sistema alimentar, por exemplo. É muito claro hoje que precisamos nos alimentar bem, que esse é um direito fundamental e deve ser uma prioridade. Para isso, precisamos da agricultura camponesa, da soberania alimentar,



Foto: Marcha das Margaridas no Brasil. Brasília. 2019. Isadora Mendes (Marcha Mundial das Mulheres).

da defesa das economias locais que hoje estão ameaçadas por muitas das medidas tomadas como suposta resposta à crise – que, na realidade, apenas respondem aos interesses do grande capital. Nossa saída implica também retomar a gestão coletiva da biodiversidade e o conhecimento dos povos que souberam se organizar (e hoje também estão se organizando) para recuperar, defender e alimentar coletivamente a biodiversidade, para tirá-la daquela lógica de mercado que reduz a natureza a unidades comercializáveis, com um preço de mercado para a privatização.

Temos que pensar em uma saída para a crise que nos permita sair da economia dependente dos combustíveis fósseis e avançar em uma transição justa, que coloque a classe trabalhadora e as comunidades locais no centro e que garanta o direito humano à energia e à justiça climática. Isto requer não só uma mudança das fontes de matriz energética em direção às energias renováveis, mas também uma mudança radical no sistema energético para alcançar a soberania energética, o que implica desmercantilização, desprivatização e a garantia de que as questões centrais – energia para quem e para quem – sejam respondidas de forma democrática, com uma perspectiva de justiça ambiental, social, econômica e de gênero.

A saída da crise também significa, portanto, uma mudança fundamental nas economias, e essa é a questão que temos levantado ao pensar em economias transformadoras. Já temos muitas das pistas acerca do que deve orientar essa reformulação e reorganização dos sistemas, modos de produção e relações sociais em nossas sociedades, envolvendo temas já tratados aqui: a desmercantilização, a reafirmação da esfera pública, a disputa sobre a esfera econômica e o significado da economia em termos de sustentabilidade da vida, bem como o cuidado da vida, dos nossos sistemas ecológicos e de todos aqueles processos que tornam a vida possível e que vão muito além do fortalecimento da esfera pública.

Não podemos permitir que a saída desta crise leve a um recrudescimento de projetos destruidores, concentradores e

excludentes, liderados e gerenciados por grandes empresas transnacionais. Em muitos países, estamos vendo como as empresas são apresentadas como a solução para a crise, permitindo a continuidade de numerosos projetos extrativistas, contaminantes, que destroem a vida e as bases de sustento, que monopolizam a terra e destroem territórios, além de fortalecer os sistemas de opressão. Isso é inaceitável. Nesses países, as dificuldades de mobilização enfrentadas pelos povos devido à pandemia são aproveitadas para que se imponham retrocessos e políticas de ajuste e austeridade e para redesenhar o Estado escapando do escrutínio público, como no caso do Uruguai. Não podemos permitir, por exemplo, o enfraquecimento das regulamentações ambientais sob a justificativa do confinamento.

Há até uma tentativa de mostrar a chamada “solidariedade empresarial” como uma resposta à crise – enquanto, como dissemos, grandes empresas e grupos econômicos seguem lucrando com a crise.

Para concluir, é importante enfatizar a importância da construção coletiva, da organização das classes e movimentos populares, e da reafirmação dos processos de luta e construção que vêm ocorrendo a partir dos povos. Como disse a Nalu Faria em sua intervenção, o povo tem uma resposta. Nós nos organizamos historicamente contra a opressão e a destruição e temos a capacidade de nos mobilizar para transformar profundamente nossas sociedades e o sistema. Por isso, nosso chamado é por uma maior convergência dos movimentos, para fortalecermos nossa agenda política de luta e assegurar que a construção da solidariedade permaneça viva, pois é ela que tem permitido que numerosas organizações sociais mobilizem, por exemplo, as cozinhas populares, como tem acontecido no meu país. Longe de uma perspectiva de caridade, como o governo e as grandes empresas pretendem fazer, trata-se de uma perspectiva de construção política dos sujeitos populares, que é o que finalmente nos permitirá enfrentar esta crise.

Integrante fundadora da REDES – Amigos da Terra Uruguai e presidenta da Amigos da Terra Internacional.

A CRISE DA COVID-19

e os desafios para os movimentos do Sul global: tecendo intercâmbios⁵

03



Foto: Marcha das Margaridas, Brasília, 2019, Isadora Mendes (MMM)

A chegada da pandemia da covid-19 nos países do Sul global despertou muitas contradições e deixou claro que a atual crise sanitária é parte de uma crise mais ampla, a crise do sistema capitalista.

A crise atual do capitalismo tem várias dimensões, mas a principal talvez seja o fato de que, pela primeira vez, a vida se impõe como eixo central, a partir de um questionamento: até que ponto ela está ameaçada? Diante disso, os movimentos contam, em seu percurso, com o acúmulo de conhecimentos, práticas e experiências – algumas mais próximas, outras mais antigas.

No intercâmbio de experiências das diferentes organizações e movimentos do Sul global, algumas respostas se apresentam como síntese de suas agendas convergentes, reunindo experiências e trajetórias de diferentes setores pelas práticas que têm em comum, a partir da visão da economia para a vida.

Da perspectiva da economia feminista, localizada entre as economias para a vida, há a afirmação de que as mulheres fazem economia e que os temas que aportam para uma agenda de transformação não estão apenas na esfera do “social”. Suas experiências não representam apenas uma abordagem enquanto oprimidas, denunciando exclusões e explorações, pois também constroem a realidade a partir de uma prática econômica diferente em meio a injustiças e discriminações. Essa prática econômica mostra uma conexão com a vida e a possibilidade de transformar o sistema econômico, e esta é uma questão fundamental para apontar um caminho de transformação e disputa da agenda de reativação da economia.

Durante o confinamento, dizem que a economia parou. Mas foi apenas uma parte da economia que parou. A economia do cuidado, ao contrário, tem sido mais demandada do que nunca, mais pressionada do que nunca, e os lares são as unidades para as quais se deslocou toda uma dinâmica não só de cuidado, mas também de produção. Isso reflete em uma capacidade de fazer economia e em uma diversidade econômica que também podem ser vistas

na capacidade de resposta para o abastecimento, especialmente na primeira fase de quarentena, em alguns de nossos países. O setor empresarial não teve uma reação tão imediata; quem teve reação imediata foi a economia local e a economia camponesa, que tinham a capacidade de responder ao apelo de solidariedade e de cobrir as necessidades básicas.

A capacidade de resposta se instalou nos sistemas de cuidados, embora estes não sejam os sistemas ideais ou aqueles propostos pelos movimentos. O conjunto de cuidados que geralmente é compartilhado pela vizinhança, pela comunidade e pelo poder público foi despejado dentro dos lares. O fechamento de escolas e creches teve um impacto não só no cuidado infantil, mas também na alimentação, porque muitas escolas públicas forneciam alimentação para os alunos. Isso teve importantes consequências para a economia do cuidado na esfera doméstica. Ao mesmo tempo, algumas capacidades de produção e abastecimento vieram à tona.

Em resumo, muitas coisas estão acontecendo nesta economia supostamente estagnada e é importante detectá-las como elementos de transformação. São elas os acúmulos, capacidades e possibilidades de um protagonismo das mulheres que demonstra, na prática, as economias ligadas à vida, nas quais os cuidados são concebidos em termos mais amplos: não se trata apenas do cuidado com as pessoas, mas sim do cuidado com o sistema da vida como um todo.

Contradições da economia do cuidado

A quarentena também despertou muitas contradições na área da economia do cuidado: por um lado, a situação do trabalho doméstico neste contexto poderia ser uma questão para trazer mais mulheres ao debate. Fazê-lo, porém, é um desafio porque o isolamento dificulta a organização cotidiana dos movimentos



Foto: Mulheres com bandeira "Vale do Ribeira por terra, água e por agroecologia" na Marcha das Margaridas em Brasília, 2019. Elaine Campos (Marcha Mundial das Mulheres).

populares e a realização de rodas de conversa, oficinas, espaços de debate e ação coletiva.

Uma das dificuldades do contexto da pandemia é que muitas mulheres que participam dos movimentos populares não têm conexão de internet em suas casas ou celulares, pelo menos no Brasil, onde a internet não é acessível a todas as pessoas.

Ainda sobre a questão da mobilização, um dos desafios é organizar a participação dos movimentos nos atos de rua cumprindo as medidas de prevenção para evitar a propagação da covid-19. Esse desafio se coloca, por exemplo, em São Paulo e em outros grandes centros urbanos do Brasil, os principais focos de contágio da doença. As mulheres que constroem movimentos são sempre as primeiras a questionar se devem ou não participar de atos públicos, porque têm filhos em casa e por medo de infectar seus parentes.

Neste contexto tão difícil, as organizações enfrentam essas contradições para fazer avançar o debate sobre a questão do cuidado.

Fortalecer os comuns a partir da organização popular

As primeiras a serem acionadas para cuidar da vida e fornecer alimentos — não apenas à própria família, mas à comunidade como um todo — foram as mulheres, que têm experiência de organização, mas que foram esquecidas ou negligenciadas, invisíveis em seu trabalho. São elas as pessoas que começam a oferecer saídas concretas.

As mulheres estão, por exemplo, nas cozinhas populares autogestionadas, tanto as reativadas quanto as recém-criadas por jovens que anteriormente não queriam recuperar a experiência de suas mães, por considerar que era um sacrifício, mas que agora dizem que vão trabalhar para a comunidade. Assim, elas reeditam essas experiências buscando os conhecimentos acumulados por suas mães ou pelas organizações. Agora, elas fazem isso com uma

experiência maior, buscando incidir para que as políticas públicas alimentares não se baseiem apenas no trabalho das mulheres, e apoiem iniciativas das organizações populares para reativar a economia da alimentação, dos cuidados e da assistência.

Além disso, as experiências de aliança também se refazem nos bairros, com as organizações camponesas que começaram a levar sua produção para comercializar nas comunidades ou para doar às cozinhas populares. Há, portanto, um processo de ativação da economia a partir da prática e da experiência acumulada pelos movimentos.

Esses atores sociais estão cuidando da vida, da vida da comunidade e da própria natureza. As mulheres camponesas afirmam energicamente que devemos enfrentar a mineração e a poluição, porque isso está destruindo a capacidade produtiva do campo, que é o que alimenta a sociedade. É importante apontar tudo isso para as alianças futuras, que ainda serão construídas, pois o presente mostra que o capitalismo nunca se preocupou com as necessidades das pessoas — e o neoliberalismo revelou ainda mais essa incapacidade.

Em muitos países, a luta atual é para criar políticas de emergência e apontar, com elas, os horizontes propostos pelos movimentos. No que se refere aos temas da água, energia ou saúde, isso passa pela relação do Estado com os serviços públicos e a autogestão. O “não-estatal” não pode ser negociado a partir de uma visão de mercado.

Devemos desmercantilizar e, para isso, a gestão popular é um caminho. Aumentar o poder do mercado é deixar a sociedade civil com a gestão no caso de recursos insuficientes e precários. Enquanto isso, o mercado acumula recursos lucrativos. É o que temos no Brasil, por exemplo, com as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) que atuam na terceirização de creches. A partir de qual perspectiva, então, devemos discutir a questão pública?



Foto: Feira agroecológica Frutos da Resistência na CaSanAT. 2016. Douglas Freitas (Amigos da Terra Brasil).

Em meio a toda essa crise, o debate sobre a renda básica está ganhando força no mundo inteiro e se torna uma questão central. Na Argentina, devido à crise da covid-19, um auxílio financeiro está sendo fornecida pelo governo para nove milhões de pessoas, durante a pandemia, com a possibilidade de que, no futuro, continue para os setores mais vulneráveis. Novamente, devemos ter cuidado para que este debate não seja apropriado e manipulado pelas políticas neoliberais. No Brasil e também em outros países, pode-se observar que alguns setores da direita defendem a renda básica, mas o fazem em detrimento de serviços públicos e da geração de emprego e trabalho digno. Por esse motivo, os movimentos começam a avaliar se devem utilizar o nome “renda básica” ou outro, para assim analisar como este tema é debatido em sua ligação com a previdência social e outras questões estratégicas.

No Uruguai, a renda básica faz parte das plataformas da Intersocial, uma convergência de movimentos sociais na qual os sindicatos ligados à CNT (Convenção Nacional de Trabalhadores) desempenham um papel fundamental. Essa articulação vem exigindo uma renda transitória para as classes populares afetadas pela crise, e ainda está em discussão se deve ser uma renda universal a longo prazo. Outra vez, é necessário pensar em como isso não pode, de forma alguma, ameaçar o direito ao trabalho e a centralidade do trabalho na construção social e na produção e reprodução da vida. O trabalho continua sendo uma categoria central e não pode ser questionado, porque as bases materiais da vida dependem de nossa capacidade de trabalhar. O trabalho não tem que ser necessariamente um trabalho assalariado; ele pode ser autogestionado, como é o cuidado enquanto um trabalho para a produção e reprodução da vida.

Propostas para uma recuperação justa

Um dos desafios para a questão da recuperação justa é retomar a discussão sobre políticas macroeconômicas feministas e ambientais com uma visão de sustentabilidade no centro, já que até mesmo as transnacionais falam de “recuperação”, cooptando esse discurso assim como fizeram com a questão dos direitos humanos. Em outras palavras, como pode ser reativada a disputa sobre conceitos que já estão na agenda das potências mundiais?

A partir dos movimentos sociais, também devemos discutir uma nova macroeconomia. É importante continuar apostando no acúmulo do povo em termos de construção econômica, de relações econômicas para o cuidado da vida. A partir daí, é preciso pensar como organizar a economia de acordo com um projeto político popular: a partir de cada local e de um projeto político popular que vá além do território e que integre os movimentos nessa perspectiva de classe, antirracista, antipatriarcal e internacionalista.

Nesse sentido, é fundamental discutir com profundidade quais políticas públicas, de renda e assistência são necessárias para as classes populares que estão fora da economia formal e enfrentam uma maior precarização e exploração. A partir disso, nos desafiamos a avançar para que essas experiências — que podem parecer pequenas, muito locais e marginais — apresentem respostas macroeconômicas. Também nos desafiamos a garantir uma ética e uma lógica de cuidado em toda a economia, para que a recuperação econômica não reproduza o que já aconteceu em outros momentos de crise (como em 2008 e 2009) que nos lançaram em uma crise permanente do sistema.

Em outras palavras, devemos encontrar uma saída que não se concentre nos aspectos financeiros, voltados para a recuperação das empresas, mas sim em uma verdadeira reativação transformadora da produção. Não se trata de dizer “apoiaremos as empresas porque elas geram empregos”, “apoiaremos as empresas porque devemos reativar o mercado”, ou até mesmo “vamos selecionar determinados produtos, apoiaremos determinada produção e

puniremos outras produções”. O modo de pensar empresarial busca projetar-se como o único e mais eficiente, mas aqui o que vemos são as outras formas produtivas de economia camponesa, cooperativa, associativa, artesanal, formas produtivas têm que ser reativadas e apoiadas. Nesse tema, aparecem também os sujeitos sobre os quais estávamos falando: se as mulheres e os setores populares e trabalhadores também fazem economia, eles têm o direito de decidir sobre ela, não ficando apenas apegados a uma agenda social, mas sim pensando também sobre as grandes decisões econômicas.

Para isso, os povos da América Latina têm certa experiência e prática. Houve na região uma busca não só de uma fase pós-neoliberal, mas também de alternativas ao capitalismo nas experiências progressistas recentes, o que também significou essa incursão na tomada de grandes decisões, na configuração e prefiguração de uma agenda econômica para nossos países e para a integração da região, com modos alternativos de comércio do ponto de vista institucional. Tudo isso existe como um legado que deve ser projetado, agora, na busca dessas transformações macroeconômicas.

Ao mesmo tempo, se nós pensamos no Brasil, onde os movimentos estão lutando por “Fora, Bolsonaro”, esse é um momento no qual não há segurança nem correlação de forças para discutir setorialmente e isoladamente as coisas e as políticas. O Brasil precisa não só de outro sistema de saúde, por exemplo, mas sim de outro governo. É preciso pensar esses temas dentro de um projeto geral para que, num momento de força, sejam criadas novas formas de disputar a partir nossa agenda e de novos marcos.

Há também a questão de como os movimentos podem construir estratégias mundiais para retomar e reavivar as memórias da produção alimentar e da soberania alimentar dos/para os povos tradicionais, especialmente para as mulheres agricultoras. Para isso, devemos partir da perspectiva de construção de uma cultura alimentar que não esteja ligada ao modelo de produção globalizado.

Os povos construíram sistemas de produção e reprodução da vida com o papel central das mulheres, mas ainda estas não foram reconhecidas como sujeitos políticos dessa construção, ainda que exista toda uma base material que é assegurada por esse trabalho.

Agora, não nos interessa reproduzir a divisão sexual do trabalho que significa mais pressão sobre as mulheres e que nos levou a esta crise de cuidados. Isso tem que ser revertido. E como? Uma maneira é considerar o trabalho de cuidado como trabalho, como um trabalho fundamental para a economia e que deve ser assumido socialmente, por todos e também pelo Estado. Aí está a questão da disputa do Estado.

Certamente, nada disso será possível sem uma disputa política em letras maiúsculas, e aí reside a necessidade do internacionalismo: para construir um projeto político popular regional, uma grande aposta posta em marcha desde muitos anos atrás para a integração dos povos na América Latina. Coloca-se, portanto, a necessidade de alcançar um maior nível de integração e complementaridade entre os povos para conceber conjuntamente um processo político e econômico a partir das necessidades e os direitos das classes populares.

Isso está em questão hoje na medida em que golpes de Estado foram impostos ao Brasil, Paraguai e Bolívia; em que o bloqueio criminoso contra a Venezuela e Cuba continua sendo imposto, e

a ocupação da Palestina é cada vez mais terrível. Nesse sentido, a solidariedade internacionalista passa por uma redefinição da economia e por essa disputa da esfera política como fundamental para a ação humana.

Em relação aos serviços públicos, já mencionados anteriormente, ainda é importante discuti-los mais a fundo. As articulações acreditam, por exemplo, que o sistema energético deve estar em mãos públicas, que podem ser estatais, municipais ou comunitárias (através de cooperativas), desde que priorize desmercantilizar e desprivatizar a energia, a água e a saúde pública. Nesse processo, os sistemas comunitários autogestionados que já existem podem ser fortalecidos e outros sistemas podem também ser criados.

No Uruguai, por exemplo, os movimentos continuam lutando em defesa dos serviços públicos, incluindo aqueles que estão nas mãos do Estado. Apesar de o governo uruguaio ter, hoje, uma agenda neoliberal e de direita, a disputa continua porque é uma disputa política, que tem a ver com quem toma as decisões, quem controla, quem tem a propriedade sobre esses serviços públicos e quem define como organizá-los – e devem ser necessariamente as sociedades, para recuperar o controle do sistema alimentar, da água e assim por diante.

No Chile, em outubro de 2019 foi iniciada uma revolta social. A repressão a essa onda de mobilizações teve custos muito altos, com mortes e mutilações, além de uma maior militarização e criminalização dos protestos. Nesse contexto, é preciso apoiar nossos povos a partir do internacionalismo e unir forças para alcançar uma transformação efetiva e permanente.

Ainda em relação às articulações e ao internacionalismo, os movimentos populares nas Américas constroem a Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo e, no âmbito internacional, a Assembleia Internacional dos Povos. Essas são iniciativas importantes para fortalecer nossas ferramentas de luta e construir respostas questões como a soberania alimentar e a recuperação das nossas experiências, como a recente experiência do povo chileno.

A justiça ambiental é outra questão que está conectada com o tema de uma recuperação justa, pois a crise climática que a humanidade enfrenta hoje é destruidora e devastará ainda mais vidas do que esta pandemia. Esta é uma questão de justiça desde seus próprios fundamentos, porque a crise climática é uma crise injusta. Aqueles que a provocam se diferenciam daqueles que sofrem mais intensamente os efeitos da mudança climática, devido ao poder, à desigualdade e ao dinheiro.

Enquanto a pandemia avança, as mudanças climáticas também não param, com os ciclones, a praga de gafanhotos na África Oriental (chegando agora ao Sul da Ásia), apenas para mencionar alguns exemplos. Isso devastará a agricultura e afetará os alimentos que chegam às mesas das pessoas. Isso afeta de forma substancial o trabalho de cuidado, como dito anteriormente, porque todos precisam alimentar seus corpos e cuidar da vida.

A partir dos movimentos que atuam no campo da justiça climática, também se coloca a luta contra o sistema extrativista capitalista, que devasta as florestas e contamina os corpos, a terra, o solo, a água, o ar. Agora, com a pandemia da covid-19, é evidente como algumas comunidades que foram expostas aos efeitos das usinas elétricas instaladas em seus territórios tiveram seus pulmões danificados por várias gerações e estão sob maiores riscos de complicações e impactos do coronavírus.

Estamos vendo uma redução temporária nas emissões atmosféricas, mas isso não representa uma transição justa, porque há milhões de pessoas sem trabalho e as mulheres seguem sofrendo com o acúmulo do trabalho de cuidados.

Para construir o caminho para uma transição justa, é necessário combater as falsas soluções. Um exemplo em curso é a luta contra o chamado “Net Zero” [zerar as emissões líquidas]. As raízes desta pandemia e de todas as outras crises são as mesmas. Elas são provocadas pela maneira como o sistema capitalista trata o planeta, a natureza e os corpos das pessoas. Agora, com a crise climática, o que as corporações transnacionais estão tentando fazer é tomar ainda mais terras, florestas e recursos e transformá-los nos chamados “sumidouros de carbono” para lidar com a crise climática. A luta contra esse “Net Zero” é uma grande luta que as organizações e movimentos têm nas mãos neste momento. É uma batalha contra os mercados de carbono, porque eles querem tirar os recursos — os rios, as matas, as terras — das mãos das pessoas, das comunidades diretamente afetadas, e transformá-los em mercadoria. E quem são as pessoas que, de fato, tomam conta da terra, dos recursos, das florestas? Em muitos casos, são as mulheres.

Ainda em relação às falsas soluções, embora a agricultura industrial seja reconhecida como o motivo que nos levou à pandemia da covid-19, é preciso que nos atentemos às respostas que se apresentam, para que não nos levem ao fortalecimento do movimento conservacionista, que está em total oposição à promoção da agroecologia e do manejo florestal comunitário como resposta.

Nesse mesmo sentido, devemos ter cuidado para não cair na armadilha da monetização da natureza. Devemos enfatizar a importância de cuidar dos ecossistemas, sistemas ecológicos que tornam a vida possível (como faz a agroecologia), mas não podemos considerá-los como serviços ecossistêmicos. De fato, as formas de organização das relações sociais, esse metabolismo e relação recíproca de troca com a natureza, não passam pela geração de serviços ecossistêmicos. Esses são, em geral, um conceito amplamente utilizado para privatizar a natureza e converter suas funções em bens que podem ser comercializados no mercado.

É importante nos distanciarmos de um reducionismo no qual a natureza se torna uma moeda de troca. A agroecologia e a soberania alimentar nos fornecem é uma resposta às múltiplas crises a partir de uma lógica diferente daquela mercantil e privatizadora.

Sempre que se parte de uma visão da economia monetizada, busca-se monetizar tudo — não apenas a natureza, mas também o trabalho doméstico e de cuidado, por exemplo. Temos que mudar essa perspectiva e pensar coletivamente a partir de outros paradigmas. A perspectiva da economia feminista e de todo o debate realizado neste Fórum de Economias Transformadoras propõe uma ruptura, apontando para a desmonetização e desmercantilização.

Por isso, entendemos que regulamentar o emprego doméstico, por exemplo, não é a solução final. Lutamos para que as trabalhadoras domésticas tenham todos os direitos garantidos e respeitados, mas não defendemos que a solução do trabalho doméstico é a sua terceirização ou a sua externalização. O que se propõe aqui, em termos de reorganização do trabalho doméstico e de cuidados, é sua redistribuição a partir de ações do Estado e coletivas, para que ele possa ser organizado em suas várias dimensões, tarefas



Foto: Plantações de azeite de palma, Central Kalimantan, Indonésia, 2015. Victor Barros (Amigos da Terra Internacional).

e demandas. Isso tem a ver com a desmercantilização, passa também pelo debate sobre a produção e nos leva a vários outros temas. Quando falamos, por exemplo, que queremos discutir o que produzir, estamos querendo romper com o consumismo, mas também com a obsolescência programada de vários utensílios que utilizamos hoje, como o celular, a televisão e os automóveis. Esse debate, por sua vez, passa pela crítica ao que isso significa em termos de devastação da natureza. Há muito o que avançar em direção às rupturas necessárias para colocar a sustentabilidade da vida no centro.

Voltando ao tema da justiça climática e da dívida, é muito importante debater a dívida ecológica (ou dívida climática). Os responsáveis por esta crise climática são conhecidos e é preciso que sejam responsabilizados e ofereçam respostas o mais rápido possível.

Nesse momento de pandemia, muitos países do Sul estão se afundando ainda mais em uma crise de endividamento. A China, por exemplo, emprestou dinheiro para o Sri Lanka lidar com a pandemia. Esses recursos não deveriam ser emprestados, e sim doados para que os países consigam enfrentar a crise sanitária.

É preciso lutar contra essa dinâmica global da dívida. Existe uma responsabilidade do Norte em relação ao Sul, por ter criado a maioria dessas crises, incluindo as raízes da pandemia da covid-19. Quando os países pedem financiamento climático ou sanitário para lidar com a pandemia, esses recursos precisam ser cedidos, não concedidos como empréstimos.

Junto com essa perspectiva, ganha relevância a luta contra as corporações transnacionais e suas tentativas de interferir em todos os campos das nossas vidas. Também os marcos da soberania alimentar, com uma agenda de movimento e práticas e políticas mais amplas, têm ligações muito próximas com o tema da economia feminista e de uma recuperação justa. Há o aspecto da transformação, pois o cuidado só de nós mesmos não é suficiente;



Foto: Plantações de azeite de palma, Central Kalimantan, Indonésia, 2015.
Victor Barros (Amigos da Terra Internacional).

é preciso fortalecer e criar aproximação e cuidado do nosso mundo e entre nós: desde as sementes, que dão vida, até as paisagens e territórios que foram devastados pela ascensão do modelo industrial de agricultura e do sistema industrial de alimentos.

Tudo isso tem uma relação muito próxima com essa pandemia, pois já existem muitas evidências de que o avanço da agricultura industrial em territórios de florestas está criando, cada vez mais, o que algumas pessoas chamam de “zonas de sacrifício” para o capitalismo. Nelas, se destrói tudo para alimentar o consumo excessivo e a acumulação. A pandemia de covid-19 e outras pandemias estão surgindo nessas zonas. O momento nos mostra, em termos espantosos, o que acontece quando não cuidamos da saúde do planeta e da saúde da humanidade.

Nesse sentido, a perspectiva do internacionalismo também está colocada no âmbito da soberania e da agroecologia, quando nos opomos aos grandes resgates financeiros das corporações [bailouts] e do sistema comercial [trade system], à relação entre o consumo excessivo em alguns países e a extração de matéria-prima em outros, e à própria forma como o sistema funciona.

Sobretudo nesse momento, é muito importante que os movimentos continuem organizados e em luta no Sul porque, na Europa e no Norte Global, com relação ao fornecimento de alimentos em todos os níveis (nos centros urbanos, por exemplo), os governos estão favorecendo ainda mais o modelo industrial para enfrentar a crise, seja promovendo supermercados como a resposta para atender às necessidades alimentares da população durante a crise, seja tentando negociar novos acordos comerciais. Não se debate, no Norte, sobre os impactos dessas respostas no Sul Global, tampouco sobre a dívida ecológica.

É nítido que todo esse sistema que gera destruição e ameaça a vida e os direitos de nossos povos está baseado nessa lógica de acumulação capitalista. O capital está expandindo sua base de acumulação, se expandindo internacionalmente, monopolizando

a terra, negando direitos, além de destruir territórios e, portanto, ameaçar a saúde dos povos.

Quando as empresas transnacionais e os poderes econômicos nacionais, oligarquias e burguesias dos países do Sul global continuam apostando nesse sistema de acumulação, oferecem sérios riscos à vida. Suas propostas relacionadas à reprodução de uma lógica de exploração e opressão são o que estrutura nossas sociedades hoje. Aí entra o papel desempenhado pelos Estados e pelas empresas transnacionais na organização de uma arquitetura da impunidade, através dos acordos de livre comércio, para que as empresas possam continuar cometendo sucessivas violações dos direitos humanos dos povos sem serem julgadas.

Além disso, a direita está cada vez mais organizada internacionalmente, e se alia, por exemplo, aos grandes meios de comunicação e às igrejas conservadoras, impondo uma perseguição brutal ao povo e a todas as iniciativas populares. Trata-se de uma perseguição racista, patriarcal, misógina e xenofóbica, que viola os direitos das classes populares. A forma de governo que tem sido imposta ao mundo se deve a um grande problema de correlação de forças. Em um contexto de avanço da extrema-direita, é necessário criar novas propostas, relacionadas com os direitos humanos e com uma visão de cooperação, solidariedade e interconexão.

Nesse intercâmbio entre as diferentes organizações e movimentos do Sul Global, em seus espaços e alianças, estão as reais alternativas que expressam as práticas de organização popular recuperadas neste texto. Nesta síntese, delineamos também nossas esperanças diante de uma realidade tão exigente como a atual.

■ Síntese do debate *Economia feminista e ambientalismo para uma recuperação justa: olhares do Sul*, com contribuições de integrantes de diferentes organizações e movimentos, como Tchenha Maso, do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Mariana Leite (Christian Aid), Magdalena León (REMTE), Natalia Salvatico (Amigos da Terra Argentina), Daniel Gaio (CUT Brasil), Rosa Gullen (MMM - Macronorte Perú), Dipti Bhatnagar (Coordenadora do Programa de Justiça Climática e Energética da Amigos da Terra Internacional e Programa de Justiça Ambiental da Amigos da Terra Moçambique), Kirtana Chandrasekaran (Amigos da Terra Internacional), Dominica Rodríguez Silva, Bernardete Monteiro (MMM Brasil), Johana Molina (MMM Chile), com comentários finais das debatedoras Karin Nansen e Nalu Faría.

ECONOMIA FEMINISTA E AMBIENTALISMO PARA UMA RECUPERAÇÃO JUSTA

OLHARES DO SUL

amigos da terra internacional | marcha mundial das mulheres | rede latinoamericana mulheres transformando a economia
OUTUBRO | 2020



Foto: Mobilização na Cúpula dos Povos na Rio+20. Rio de Janeiro. 2012. MMM Brasil.

www.foei.org/es

www.marchemondiale.org

amigos da terra internacional

Secretaria
P.O.Box 19199, 1000 GD
Amsterdã, Países Baixos

tel: +31 (0)20 6221369
info@foei.org

Nos siga em:

twitter.com/FoEint_es
www.facebook.com/foeint.es

marcha mundial das mulheres

info@marchemondiale.org
twitter.com/WorldMarchWomen
instagram.com/worldmarchofwomen

REMTE – Rede Mulheres Transformando a Economia

Almirante Guisse 1149
Jesús María, Lima – Perú
grupogeneroyeconomia@gmail.com

